

# Sumário

**Introdução – O esforço de recepção de um clássico da filosofia do direito..... 1**

*Victor Sales Pinheiro*

## **PARTE I**

### **EPISTEMOLOGIA**

**1 A crítica de Finnis ao positivismo metodológico: por que toda descrição é avaliativa? ..... 11**

*Horácio Lopes Mousinho Neiva*

*Victor Sales Pinheiro*

1 Introdução: positivismo substantivo e metodológico..... 11

2 Delimitando a controvérsia metodológica entre Finnis e o positivismo jurídico ..... 13

3 A estrutura do argumento metodológico de Finnis ..... 15

4 Os múltiplos conceitos de direito ..... 16

5 A insuficiência do apelo positivista a intuições.....20

6 Caso central e significado focal: a alternativa metodológica de Finnis.....24

6.1 Construindo uma teoria geral do direito.....25

6.2 Critérios de centralidade e argumentos normativos.....29

7 Razoabilidade prática e autoridade como caso central do direito .....34

8 Conclusão .....39

9 Referências .....40

**2 A proposta contemporânea do direito natural e a falácia naturalista .....45**

*Elden Borges Souza*

*Victor Sales Pinheiro*

1 Introdução .....45

2 O direito natural a partir da concepção tomista: lei e justiça .....46

3 A falácia naturalista e o direito natural: empirismo, ceticismo e subjetivismo..... 52

4 O direito natural revigorado por Finnis.....57

5 Conclusão .....60

6 Referências .....63

**PARTE II**  
**METAÉTICA**

<b>3 Razão prática entre desejo e bens humanos básicos: a crítica metaética de Finnis ao emotivismo e ceticismo .....</b>	<b>67</b>
<i>Dienny E. M. Barbosa Riker Pereira</i> <i>Victor Sales Pinheiro</i>	
1 Introdução .....	67
2 O reducionismo da razão prática à racionalização de desejos subracionais .....	70
3 A razoabilidade dos desejos por bens inteligíveis: experiência, insight e juízo .....	73
4 A integração do sentimento à razão prática e a alegoria da máquina de experiências irracionais .....	77
5 A natureza da deliberação e a autorrefutação cética .....	81
6 Conclusão .....	85
7 Referências .....	87
<b>4 Dos bens humanos às normas morais: os princípios de lei natural na estrutura do raciocínio prático em Finnis.....</b>	<b>91</b>
<i>André Fonseca dos Santos</i> <i>Victor Sales Pinheiro</i>	
1 Introdução .....	91
2 Teoria da lei natural como teoria dos fundamentos da razão prática.....	92
3 Princípio primaríssimo da razão prática, a partir da analogia com a razão teórica.....	95
4 Os bens humanos básicos ou princípios primários da razão prática .....	101
4.1 A pré-moralidade dos primeiros princípios .....	107
4.2 O caráter aberto dos bens humanos básicos .....	110
5 Rumo ao juízo moral: o princípio supremo de moralidade e os requisitos de razoabilidade prática.....	112
5.1 Os requisitos de razoabilidade prática em <i>Lei natural e direitos naturais</i> .....	113
5.2 A evolução da abordagem de <i>Lei natural e direitos naturais</i> .....	115
6 As normas morais específicas .....	117
7 Conclusão .....	121
8 Referências .....	123

**PARTE III**  
**ÉTICA E DIREITO DOS BENS HUMANOS BÁSICOS**

<b>5 O desenvolvimento da teoria do casamento como bem humano básico em Finnis</b> .....	127
<i>Dienny E. M. Barbosa Riker Pereira</i> <i>Camille de Azevedo Alves</i> <i>Victor Sales Pinheiro</i>	
1 Introdução .....	127
2 Primeira fase (1970): comunidade conjugal e amizade .....	128
3 Segunda fase (1980): O argumento liberal de <i>Lei Natural e Direitos Naturais</i> : sexo como jogo, amizade e/ou procriação .....	134
4. Terceira fase (1985): Comunidade conjugal e integridade .....	138
5 Fase madura: casamento como bem humano básico .....	143
5.1 A inflexão de Germain Grisez .....	143
5.1.2 Permanência e exclusividade .....	147
5.1.3 Valoração moral dos atos sexuais conjugais .....	149
5.2 Finnis e o bem humano básico do casamento .....	150
5.2.1 Caso central e significado focal do casamento .....	150
5.2.2 O papel da <i>fides</i> e de atos sexuais na caracterização do casamento .....	152
5.2.3 Valoração moral de atos sexuais no casamento .....	156
5.3 Considerações finais .....	158
6 Conclusão .....	161
7 Referências .....	163
<b>6 Ensino religioso confessional ou ensino laico de religião, em escolas públicas? Análise da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº. 4.439, a partir do bem humano fundamental da religião e do secularismo em Finnis</b> .....	167
<i>Victor Sales Pinheiro</i>	
1 Introdução .....	167
2 O direito constitucional à liberdade religiosa: dimensões, princípios e garantias .....	168
2.1 A complexidade conceitual de um direito fundamental .....	168
2.2 Dimensão subjetiva: individual e coletiva .....	171

2.3 Dimensão objetiva: princípios, deveres de proteção e garantia institucional .....	173
3 A laicidade do Estado e o ensino religioso confessional em escolas públicas .....	176
3.1 A Concordata do Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil .....	176
3.2 O modelo não confessional defendido pela ADI 4439 .....	179
3.3 A legitimidade constitucional do modelo confessional .....	182
4 Fundamentação filosófica do direito à liberdade religiosa e a ameaça secularista ao bem humano básico da religião em Finnis .....	186
4.1 O bem básico da religião como distinto, arquetônico e fonte de sentido abrangente .....	186
4.2 O efeito moral e jurídico do secularismo: esvaziamento da religião e da liberdade religiosa .....	191
4.3 A distinção entre o bem da religião e o bem do conhecimento, e entre ensino religioso e ensino de religião .....	197
5 Conclusão .....	199
6 Referências .....	200

### PARTE III

#### BEM COMUM, DIREITOS HUMANOS E AUTORIDADE

<b>7 Razão prática, direito e bem comum na teoria da lei natural de Finnis .....</b>	<b>207</b>
<i>Victor Sales Pinheiro</i>	
<i>Horácio Lopes Mousinho Neiva</i>	
1 Introdução: inserção de Finnis no debate das teorias da justiça .....	207
2 Razão prática e a metodologia da teoria social reflexiva .....	210
3 Fundamento da razão prática .....	216
4 Bem comum e direito no âmbito da razão prática .....	218
5 Bem comum instrumental e substancial.....	225
6 Conclusão .....	230
7 Referências .....	232

**8 A autoridade dos direitos humanos entre bens básicos e autonomia: o debate filosófico da teoria da lei natural de Finnis com o positivismo liberal de Joseph Raz .....237**

*Ayrton Borges Machado*

*Victor Sales Pinheiro*

1 Introdução .....	237
2 Crítica aos direitos humanos à luz da teoria de Raz .....	239
2.1 Autoridade ilimitada sobre os direitos .....	239
2.2 Razão prática, autonomia e interesses.....	242
2.3 A ordem emergente e limitação da soberania .....	248
3 Os direitos humanos na concepção de Finnis como resposta a Raz .....	253
3.1 Bens humanos básicos e direitos naturais .....	253
3.2 Dignidade humana, universalidade e valor intrínseco dos direitos humanos .....	255
3.3 Metodologia do caso central, autoridade legítima e bem comum .....	260
4 Conclusão .....	263
5 Referências .....	265

**9 A interdependência entre democracia, bem comum e direitos humanos: contribuições jusnaturalistas .....269**

*Elden Borges Souza*

*Victor Sales Pinheiro*

1 Introdução .....	269
2 Desafios e crises na democracia de índole liberal-procedimentalista .....	271
3 O risco de uma democracia autoritária e a necessidade de uma metaética realista .....	273
4 Pessoa humana, comunidade política e bem comum .....	277
5 Democracia: a sua justificação a partir do bem comum e dos direitos humanos .....	288
6 Conclusão .....	292
7 Referências .....	293

**PARTE IV**  
**METAFÍSICA**

<b>10 Para águas mais profundas: Deus como fundamento metafísico da natureza moral racional em Finnis</b> .....	299
<i>Victor Sales Pinheiro</i> <i>André Fonseca dos Santos</i>	
1 Introdução: teoria da lei natural (razão prática) e lei natural (razão teórica).....	299
2 Autonomia relativa da ética (lei natural) à metafísica (lei eterna) .....	301
3 Consciência hermenêutica e “arte da escrita” .....	306
4 O horizonte filosófico da lei natural .....	308
5 Lei eterna como fundamento das quatro ordens da realidade .....	312
6 Argumento cosmológico da existência de Deus, como pessoa livre e inteligente .....	315
6.1 Tipos de argumentos sobre existência de Deus .....	315
6.2 A versão austera e minimalista de <i>Lei Natural e Direito Naturais</i> (1980) .....	317
6.3 A versão robusta e personalista de <i>Aquinas</i> (1996) .....	326
6.3.1 Argumento ontológico da existência de Deus .....	327
6.3.2 Argumento cosmológico da pessoalidade de Deus .....	332
7 Lei natural como participação na lei eterna .....	340
8 Conclusão .....	344
9 Referências .....	345
<b>Os autores</b> .....	349
<b>Coleção Teoria da Lei Natural</b> .....	351